

Enfermeiros militares têm que ser licenciados, mas só podem ser sargentos

■ Emanuel Câmara*

Os enfermeiros militares têm licenciatura mas está-lhes vedado o acesso à carreira de oficial. São sargentos à força, licenciados por imposição legal

Estes profissionais de saúde integrados nos quadros dos três ramos das Forças Armadas reclamam, há anos, a entrada na carreira de oficiais. Estão confinados à classe de sargentos e apesar de serem todos licenciados desde 1999, recebem como qualquer sargento, que pode ingressar neste posto apenas com o ensino secundário. Desde 88 que são obrigados a ter formação universitária.

Os licenciados em Enfermagem são os únicos discriminados nos quadros das Forças Armadas Portuguesas. "Em primeiro lugar a responsabilidade é política, porque do ponto de vista legal é o Ministério da Defesa quem tem competência para alterar e criar quadros e carreiras. Na prática as chefias militares deviam ter feito propostas para resolver a situação, mas sempre alegaram que isso competia ao poder político", refere um responsável da Ordem dos Enfermeiros.

"É uma situação discriminatória, que faz de nós os únicos enfermeiros militares sargentos em toda a União Europeia", queixam-se na Associação Portuguesa de Enfermagem Militar. Perante esta situação um grupo de enfermeiros do Exército, Marinha e Força Aérea avançou com uma acção administrativa contra o Ministério da Defesa Nacional.

Alegam que, ao serem licenciados pela Escola do Serviço de Saúde Militar, preenchem os requisitos legalmente exigíveis para o ingresso na carreira de oficiais.

No entanto, como ainda não está regulamentada a existência dos quadros especiais das áreas



de saúde, estão confinados à classe de sargentos estando impedidos de progredir profissionalmente enquanto quadros permanentes das Forças Armadas.

Desprezo pelos direitos

Absoluto desprezo pelos mais elementares direitos que lhes assistem enquanto trabalhadores, tal como está consagrado nos artigos 59º e 60º da Constituição da República Portuguesa, dizem os enfermeiros militares.

Uma primeira queixa destes militares, deu entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada e foi indeferida.

Inconformados, recorreram desta decisão para o Tribunal Central Administrativo do Sul, mas ainda aguardam pela decisão dos desembargadores.

O facto de os enfermeiros militares terem a patente de sargento não lhes permite assumir funções de planeamento, chefia ou avaliação.

Os enfermeiros militares praticam os mesmos cuidados e estão sujeitos ao mesmo poder regulatório da Ordem dos Enfermeiros. São obrigados a ser licenciados pelas forças armadas e pela força da Lei. Mas a tropa não os deixa passar de sargento.

Este impedimento é considerado prejudicial ao exercício da função. E como não têm acesso à carreira de oficial, ficam também limitados na cadeia hierárquica militar. Esta situação abrange cerca de 500 enfermeiros dos ramos

do Exército, Marinha e Força Aérea.

200 requerimentos

Duas centenas de enfermeiros militares submeteram individualmente, o ano passado, um requerimento ao Chefe de Estado-Maior de cada ramo, solicitando a integração na carreira de oficiais nos termos previstos no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

A pretensão baseia-se no Estatuto dos Militares das Forças Armadas e nos diplomas legais relativos à Escola do Serviço de Saúde Militar, que conferem os graus de bacharel e licenciado.

Com efeito, o EMFAR, no seu artigo 290.º, é muito claro no sentido de que a habilitação com o grau académico de licenciatura confere o acesso à carreira de oficiais.

A Ordem dos Enfermeiros considera que a não aplicação do estatuto nos normativos correspondentes dos três ramos

Ordem dos Enfermeiros diz ser "uma situação inaceitável"

A Ordem dos Enfermeiros considera que a coexistência, nos estabelecimentos hospitalares e outros organismos de saúde sob a tutela do Ministério da Defesa, de tipos remuneratórios e estatutariamente diferentes de enfermeiros é uma situação inaceitável, que poderá ter implicações na qualidade do exercício de Enfermagem nas Forças Armadas.

Os enfermeiros militares praticam exactamente os mesmos cuidados ao abrigo do Regulamento do Exercício Profissional dos Enfermeiros, e estão igualmente sujeitos ao poder regulatório da OE, sublinha. Nos três ramos das Forças Armadas existem 904 enfermeiros, dos quais 258 civis e 646 militares.

das Forças Armadas, apenas aos titulares das habilitações de bacharelato e licenciatura da área de Enfermagem, constitui uma discriminação em relação a outras formações do mesmo nível académico.

Esta situação de desigualdade, entre a formação académica e o posto militar dos enfermeiros, continua a ser a única excepção ao normativo de acesso à carreira de oficiais, apesar de se tratar de um curso ministrado num estabelecimento militar, com componente curricular militar e para alunos militares.

O porta-voz do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas disse estar a decorrer um processo de reorganização do serviço de saúde militar, onde estão integrados os enfermeiros, que inclui a revisão do Estatuto dos Militares. *Com M.M.